

A carta de Raul do Rio Branco (1914) – interfaces entre mídia e esporte¹

Fausto Amaro²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ

Resumo

A carta de Raul do Rio Branco aos dirigentes esportivos brasileiros em 1914 foi um fato marcante na consolidação do movimento olímpico nacional, resultando, dentre outras coisas, na formação do primeiro Comitê Olímpico Brasileiro (COB). O referido documento é entregue aos *sportsmen* pela via postal (carta) e chega ao conhecimento do público em geral pelas páginas dos jornais cariocas, principal meio de comunicação massivo à época. Neste artigo, o propósito central é propor uma análise de alguns aspectos do conteúdo da carta de Rio Branco, entremeada por reflexões que deem conta da importância das tecnologias da comunicação para o desenvolvimento do esporte.

Palavras-chave: esporte; tecnologias; mídias; olímpico.

Introdução

O ano de 1914 reservava momentos emblemáticos para o campo olímpico brasileiro. Em maio, uma carta, escrita por Raul do Rio Branco, provocou grande agitação no meio esportivo. Redigida em abril, ela foi enviada para personagens centrais do esporte nacional e lida durante uma reunião da Federação Brasileira das Sociedades do Remo, em 26 de maio de 1914. A imprensa, que tivera acesso à carta por meio de seus jornalistas, teceu comentários elogiosos sobre seu conteúdo, e alguns veículos chegaram mesmo a publicá-la na íntegra. De pronto, percebe-se o papel de arquivo exercido pelo jornal, que não apenas reporta os fatos como transcreve documentos marcantes para o campo esportivo nacional.

O depoimento encerrado na carta do embaixador brasileiro serve de testemunho para a história olímpica brasileira. O diplomata percorria temas tão diversos quanto sua presença no Congresso Olímpico de 1913, sua nomeação para delegado do Comitê Olímpico Internacional (COI)³, a importância da educação física, os caminhos para a constituição de um comitê nacional e a posição do COI quanto ao amadorismo. No curto prazo, a carta de Rio Branco traria dois resultados: a formação do primeiro comitê

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Esporte, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Comunicação pela UERJ. Coordenador técnico do Laboratório de Comunicação, Cidade e Consumo (Lacm/UERJ). E-mail: faustoarp@hotmail.com.

³ Rio Branco foi apenas o quinto membro sul-americano a ingressar no COI. Antes dele, já ocupavam o posto de delegado olímpico: os argentinos José Benjamin Zubiari (1894) e Manuel Quintana (1907), o peruano Carlos F. de Candamo (1905) e o chileno Oscar N. Garcia (1911).

olímpico nacional e a autorização para que o Brasil participasse da próxima edição dos Jogos Olímpicos. Também é possível perceber que esses processos contam com a participação decisiva de duas tecnologias da comunicação – a carta (serviço postal) e a mídia impressa (jornais) –, o que será explorado mais à frente.

Para a construção deste artigo, os vestígios documentais foram recuperados por meio dos relatos jornalísticos⁴, e o modelo de interpretação das fontes⁵ compõe-se de uma análise narrativa baseada nas contribuições da história cultural. O entrecruzamento aqui proposto entre mídia, memória e história foi denominado por Meneses (2011) de “operação midiográfica”. Essa relação entre imprensa e história é particularmente verdadeira no caso da memória olímpica brasileira, fartamente documentada pelos jornais, porém carente de outras fontes escritas.

O remetente

Inicialmente, cumpre entendermos brevemente quem era Raul do Rio Branco. Nascido em Paris, em fevereiro de 1873, Raul foi o primogênito da união entre José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), o Barão do Rio Branco, e Marie Philomène Stevens (1849-1898), atriz belga radicada no Rio. Seu avô, José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), era o Visconde do Rio Branco. Baiano de origem, o primeiro dos Rio Branco foi professor, jornalista e ocupou diversos cargos no governo monárquico desde a década de 1850⁶. Com ele, começava a relação da família Rio Branco com a diplomacia. Além de senador, o Visconde foi Ministro das Relações Exteriores e responsável pela elaboração e aprovação Lei do Ventre Livre (MOURA, s/a).

O pai de Raul subiu ainda mais na hierarquia nobiliárquica, recebendo o título de barão por intermédio da Princesa Isabel em 1888. O Barão do Rio Branco foi figura notável na diplomacia brasileira, tendo atuado esporadicamente como jornalista e ocupado, assim como seu pai, o cargo de Ministro das Relações Exteriores⁷ (FAUSTO,

⁴ Parte da pesquisa e das fontes advém da minha tese de doutorado, quando analisei *Gazeta de Notícias, O Paiz; Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Gazeta da Tarde, Revista da Semana e O Imparcial*. Especialmente para este artigo, realizei também uma busca em outros periódicos do Rio de Janeiro na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, com base na pesquisa pela palavra-chave “Raul do Rio Branco”. Foram esses os jornais investigados, selecionados a partir do número de ocorrências com o nome pesquisado: *Gazeta de Notícias, O Paiz, Jornal do Brasil, A Notícia, A Imprensa, Correio da Manhã, O Século, Jornal do Commercio e O Jornal*.

⁵ Utilizo as expressões “vestígios documentais” e “modelos de inteligibilidade” conforme extraídas de Chartier (2010, p. 22).

⁶ Informações colhidas no site do Centro de História e Documentação Diplomática. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/personalidades-historicas?id=131>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

⁷ Parte das informações foi extraído do site do Centro de História e Documentação Diplomática. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/personalidades-historicas?id=132>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

2006, p. 142). Teve participação fundamental na definição das fronteiras brasileira, por meio de bem-sucedidos acordos com os países fronteiriços (WANDERLEY, 2017).

Fazendo jus à tradição familiar, Raul do Rio Branco ingressara no serviço diplomático com apenas 22 anos, em 1895 (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1934, p. 30), ocupando a partir de então diversos cargos: 1º secretário da legação brasileira em Berlim, secretário do ministro das Relações Exteriores e ministro plenipotenciário do Brasil em Berna. Raul era um nome destacado na sociedade carioca, circulando entre a elite política e cultural e comparecendo a inúmeros eventos reservados, tais como reuniões presidenciais, almoços com personalidades políticas, embarques e desembarques de figuras proeminentes no cenário nacional e internacional, recepções festivas, bailes e banquetes. Também fora nomeado pelo governo federal como representante do Brasil em diferentes conferências internacionais relacionadas a áreas como agricultura, trabalho, defesa e economia⁸.

A ligação de Raul do Rio Branco com o esporte remonta à sua infância, quando, por influência de seu pai, se engajou em atividades esportivas no âmbito escolar (Jornal do Commercio, 03/04/1914, p. 3). Raul era praticante de diversos esportes, dentre eles “marcha, corridas a pé, alpinismo, boxe inglês, luta romana, exercício de pesos, lawn-tennis, luta de corda, lançamento de pesos, natação, equitação, ciclismo, tiro de pistola, esgrima e em particular no foot-ball e *aviron*”⁹ (O Paiz, 13/09/1913, p. 7, grifos do jornal). Além disso, foi sócio fundador do Tennis-Club de Petrópolis (Gazeta de Notícias, 05/04/1907, p. 4).

Durante boa parte de sua vida, Raul se dividiu entre Berna (Suíça), o Rio de Janeiro e Petrópolis (cidade onde seu pai possuía residência). Quando na Europa, por ocasião de sua carreira diplomática, o filho do Barão do Rio Branco continuava a interceder em favor do esporte nacional. Sua atuação era de vital importância para a comunicação dos dirigentes esportivos brasileiros com seus pares no Velho Continente. Além de representar o Brasil no Congresso Olímpico de 1913, realizado em Lausanne, Raul recebeu o presidente do Paulistano quando da turnê do clube pela Suíça (O Imparcial, 13 e 14/04/1925, p. 6), trabalhou pelo reconhecimento oficial dos Jogos Olímpicos regionais de 1922, realizados no Rio de Janeiro, e atuou pelo ingresso da CBD

⁸ Na pesquisa em jornais do Rio de Janeiro, foram encontradas 1.255 ocorrências com o nome de Raul do Rio Branco. A busca percorreu 2.407 acervos e 11.384.706 páginas.

⁹ Estou mantendo a grafia original somente das palavras ligadas ao universo esportivo. As demais foram atualizadas para a forma contemporânea, quando necessário.

na Fédération Internationale de Football Association (O Paiz, 07/04/1922, p. 6) e na Fédération Internationale des Sociétés d’Aviron (Jornal do Commercio, 16/08/1931, p. 13). O diplomata brasileiro também mantinha contato frequente com importantes nomes do meio esportivo nacional, tendo escrito telegramas e relatórios para Roberto Trompowsky Junior, secretário da CBD e chefe da delegação brasileira aos Jogos de 1920, e Fernando Mendes de Almeida, presidente do COB¹⁰.

É necessário também discorrermos um pouco sobre a sociedade carioca, receptora das ideias contidas na carta de Raul do Rio Branco. O Rio de Janeiro era a capital do maior país da América Latina e possuía condições favoráveis à absorção das ideias civilizatórias associadas aos jogos olímpicos. Com uma imprensa relativamente consolidada, uma elite urbana influenciada pelo ideário europeu e um campo esportivo¹¹ em franco crescimento, a cidade dispunha dos meios de divulgação, de um público em potencial e do interesse pelo esporte, necessários à difusão do ideário olímpico.

Os jogos olímpicos vinham paulatinamente se inserindo no cotidiano carioca desde o final do século XIX, inicialmente nos circos, teatros, festividades, nas expressões de uso cotidiano. A década de 1910 representa o ponto culminante desse processo, tanto sob o ponto de vista esportivo (os esportes olímpicos já eram praticados e consumidos) quanto social (o processo de ajustamento aos novos hábitos se consolidava). À uma fase de convencimento e esclarecimento acerca dos benefícios da adoção dos “jogos olímpicos”, seguiu-se um período de aceitação e de transmissão cultural desses hábitos. Com o tempo, de condição nova, inculcada na vida diária dos jovens adultos, a cultura física, voltada ao divertimento e à manutenção de corpos saudáveis, se transforma em parte precípua da vida do carioca, algo como uma “segunda natureza” (ELIAS, 1993, p. 268).

No alvorecer dos anos 1910, havia certo tom de urgência em torno dos assuntos relacionados aos destinos do esporte olímpico nacional e da promoção da educação física, exacerbado pela sensação de atraso em relação ao resto do mundo e mesmo diante dos vizinhos sul-americanos. As tentativas de organização de “jogos olímpicos brasileiros”¹²,

¹⁰ Dentre outros documentos, temos uma longa carta de Raul a Trompowsky Junior acerca da capacidade de o Brasil organizar os Jogos regionais de 1922 (Jornal do Commercio, Edição da Tarde, 17/03/1921, p. 6) e um relatório sobre a participação olímpica brasileira em 1920, enviado a Mendes de Almeida em 1921 (Jornal do Commercio, Edição da Tarde, 24/03/1921, p. 6).

¹¹ Esse entendimento de “campo” se inspira nas proposições de Bourdieu (ver, por exemplo, 2004a e 2004b) para tal conceito.

¹² O primeiro desses eventos era realmente tratado como os “jogos olympicos no Rio”. Organizado pelo *JB*, a proposta foi lançada em fins de 1912 e consistia basicamente na realização anual de jogos olímpicos na capital do Brasil, a

competições reunindo os esportes já difundidos no Rio de Janeiro, serviam então ao propósito de difundir a cultura olímpica no país e preparar os atletas nacionais para as Olimpíadas. Foram ao menos três tentativas nesse sentido, capitaneadas pelo *JB* e pela Liga Metropolitana de Esportes Atléticos. Todas fracassaram. Ao mesmo tempo, trabalhava-se em prol da formação do primeiro Comitê Olímpico Brasileiro (COB) no biênio 1913/1914, o que viria a ser concretizado por intermédio justamente da carta de Rio Branco.

O meio

A preocupação com os sentidos da carta de Raul do Rio Branco e suas reverberações na formação de um campo olímpico nacional não diminui a relevância de pensarmos também na materialidade do meio. Trata-se de uma carta de dez páginas, datilografada, transmitida por via postal a indivíduos de destaque no meio esportivo nacional e publicada na imprensa carioca. Adotando uma perspectiva gumbrechtiana, podemos considerar tanto a carta quanto os jornais como “coisas do mundo”, no sentido de que são objetos, coisas, disponíveis ao contato tátil e que, por isso, causam sensações imediatas em quem os experiencia (GUMBRECHT, 2010). Além disso, há de se levar em conta as especificidades dessas duas mídias, isto é, as dinâmicas de produção e distribuição que lhes são inerentes. À época, a velocidade de envio e recebimento de uma missiva eram bem diferentes do que hoje o serviço postal oferece. Também o jornal possuía suas próprias vicissitudes, como o tempo de fechamento da edição e de impressão nas rotativas. Por isso, é importante que tenhamos em mente a temporalidade própria desses meios.

Um exame minucioso desses elementos nos guia a uma reflexão sobre o próprio caráter desses suportes. No caso da carta, não podemos confirmar se as diferentes versões enviadas foram todas datilografadas por Raul do Rio Branco ou se o embaixador brasileiro empregou alguma técnica de fotocópia disponível à época. Cumpre tensionarmos as instâncias de produção, de transmissão e de recepção, as quais impactam sensivelmente os modos de leitura e consumo dos textos inscritos nesses suportes. Para o pesquisador, coloca-se em questão o desafio de apreensão das miudezas no conteúdo

começar no ano de 1913. Dentre os esportes previstos para a competição, estavam: “Concursos hippicos, de tiro ao alvo, remo, natação sports athleticos gymnastica, foot-ball, cyclismo, luta, esgrima, lawn-tennis e talvez o pentathlon moderno” (*JB*, 10/11/1912, p. 13).

investigado, sendo necessário permanecer ciente de que a materialidade impacta as representações do conteúdo analisado.

Até a década de 1920, jornais e revistas exerciam primazia sobre a cobertura dos Jogos Olímpicos. As inovações no campo da mídia, decorrentes da 2ª Revolução Industrial, como o telégrafo, o cinematógrafo, o fonógrafo, o gramofone, o daguerreótipo e o linotipo, impactaram o ramo de atividade jornalística. Matheus (2011, p. 38) pontua que o “jornalismo acompanhou o desejo de instantaneidade entre os séculos XIX e XX, do qual fizeram parte transformações nos transportes (bicicleta, automóvel), nas comunicações (telégrafo, telefone) e no modo de produção (taylorismo)”. Essas inovações tornavam possível o trabalho dos correspondentes no exterior, o que levou à expansão do serviço das agências internacionais e à diversificação da oferta de informações aos leitores. Também o serviço postal, via de chegada da missiva de Rio Branco, foi impactado por essas transformações.

As folhas cariocas atuavam como porta-vozes dos novos tempos. Desde a proclamação da República, a imprensa colaborava para a promoção da modernidade carioca, tanto por reportar as reformas urbanas quanto por atualizar seus leitores sobre as novidades do restante do mundo. Sodré explica que “moderno é o mundo organizado por uma forma linear de tempo, cujo conteúdo mais evidente é a ideia de progresso, ou seja, muda-se para melhorar ou progredir” (2009, p. 84). Para Sevcenko (2006b, p. 533-534), ser moderno implicava “necessariamente algum modo de relação com a tecnologia e a atitude individualista”, além “de uma obrigatória associação com símbolos cosmopolitas, em especial aqueles que conotam origem europeia ou norte-americana”.

Os jornais eram eles mesmos baluartes da indústria e, por isso, se identificaram muito prontamente com os ideais de modernidade que constantemente veiculavam. A mídia reunia notícias de locais distantes no exíguo espaço de suas páginas impressas, disponibilizadas ao leitor carioca a cada manhã ou tarde. Paralelamente à dissolução das fronteiras geográficas da notícia, havia a questão do tempo. Obviamente, as informações ainda demoravam a chegar, mas a telegrafia recém-instalada no Brasil representava um significativo avanço em relação a outras formas de transmissão e recebimento de mensagens. Era pela via telegráfica que fluía boa parte da comunicação entre Raul do Rio Branco e os representantes do meio esportivo carioca. Reitero, assim, que as especificidades técnicas do meio eram tão prementes quanto o conteúdo transmitido.

Outro ponto relevante, na interseção entre materialidade e hermenêutica, era o público capaz de compreender os significados e sentidos trazidos pelos jornais. A panaceia de um Rio moderno não encontrava correspondência na realidade vivida pelos cariocas de modo geral. Além das condições precárias de saúde e habitação, grande parte da população não dominava a língua escrita. Dos 500 mil habitantes da cidade, em 1890, apenas cerca de “metade deles era alfabetizada” (CARVALHO, 2015, p. 46). Apesar do reduzido público leitor em potencial, os cariocas encontravam formas alternativas de acessar o mundo letrado. Como evidenciado por Melo (2001, p. 189), “era comum pagar a alguém para ler o jornal. Ou, para aqueles que não podiam pagar, solicitar que algum conhecido alfabetizado fizesse a leitura, normalmente em uma roda para várias pessoas atentas às notícias da cidade, inclusive as esportivas”. A leitura em grupo ampliava, assim, a “circulação desses impressos na sociedade” (BARBOSA, 2010, p. 125). Com isso, o fluxo de informações transmitidas pela imprensa não ficava restrito a uma pequena parcela da população, capaz de ler e interpretar diretamente o conteúdo dos jornais. Sob a perspectiva da materialidade, havia diferentes formas de contato com os impressos e seu conteúdo.

A mensagem

Escrita em 30 de abril de 1914, a carta de Raul do Rio Branco chegava ao Rio de Janeiro em um momento em que se começava a reunir esforços para organizar o campo olímpico nacional. O objetivo de Rio Branco com o envio da missiva era um tanto programático. Nas palavras dele: “[...] fui encarregado pelo ‘Comité Olympico Internacional’ de ver se eu podia contribuir para acelerar a constituição de um ‘Comité Olympico Nacional no Brasil’, como já existem outros em todos os países civilizados da Europa, Ásia e América do Norte”. Logo de início, ele também esclarece que procedera à escolha dos destinatários por meio da ajuda do Conde de Penha Garcia, delegado olímpico do COI para Portugal¹³. A carta de Rio Branco possuía três anexos, sendo um deles a lista completa dos destinatários. Infelizmente, esses documentos complementares¹⁴ não se encontram disponíveis em nenhum dos acervos consultados

¹³ Penha Garcia provavelmente colheira as informações que repassara a Rio Branco por meio de Alfredo Duarte Rodrigues, membro do Comitê Olímpico Português. Rodrigues estivera no Rio em junho de 1913 como representante de uma equipe portuguesa de futebol, formada por atletas da Associação de Foot-Ball de Lisboa, que enfrentaria um selecionado da Liga Metropolitana de Sports Athleticos (JB, 27/06/1913, p. 11).

¹⁴ Os anexos continham a lista de destinatários da carta, a programação do próximo Congresso do COI (junho/1914) e um exemplar do jornal *Le Brésil*, que comunicava a escolha de Rio Branco como delegado olímpico.

(hemeroteca da BN, biblioteca do COB e arquivo histórico do COI). O embaixador brasileiro qualificava os destinatários como “personalidades de destaque no mundo do sport e do atletismo brasileiro” e também como “distintos patrícios”, porém não sabemos a quem, de fato, eram dirigidos tais elogios¹⁵.

Dentre o *corpus* analisado, o *JB* e o *Jornal do Commercio* foram os únicos a reproduzir o documento na íntegra, ainda que outros jornais tivessem tomado contato com seu conteúdo e se posicionado a respeito. A *Gazeta de Notícias* (03/06/1914, p. 5), por exemplo, falava no “alto valor de tão significativo documento, que vem despertar sensacionalmente a atenção do povo brasileiro para um ponto de relevância, qual o da sua reorganização física, o retemperamento da raça indígena”. O próprio *Jornal do Commercio* (29/05/1914, p. 5) apoiava as propostas contidas na carta: “[o movimento propugnado pela carta] é merecedor dos mais francos encômios, e o *Jornal*, apoiando prazerosamente a nobre iniciativa, faz votos para que a mesma triunfe”. Já o *JB* (28/05/1914, p. 11) celebrava seus possíveis efeitos sobre os *sportsmen* nacionais: “preparar para amanhã uma raça viril, [...], um povo robusto e forte, patriota e valoroso, em bem da sua nação e para o progresso de sua pátria, sobre (sic) todos os pontos de vista”.

A causa olímpica era desde o início colocada por Rio Branco como uma questão também civilizacional, de “adiantamento” de um país. Desse modo, além da criação de um comitê nacional, estava manifesto em sua carta o desejo de “encetar a obra de centralização e coordenação dos esforços tendentes a implantar no Brasil a grande obra de regeneração pela educação athletica das forças phisicas e morais que se está alastrando pelo mundo”. O ponto de comparação eram os países “adiantados” e “civilizados” da Europa, América do Norte e Ásia. A atitude mental de Rio Branco se coaduna ao que Norbert Elias (2011) descreveu como o processo civilizatório¹⁶. Cumpre salientar que a inserção em um dito mundo civilizado era então e continuaria a ser nas décadas seguintes um argumento constante na narrativa da imprensa para justificar seu apoio aos Jogos Olímpicos. O aspecto “civilizacional” associado ao esporte atuava como um elemento de

¹⁵ Percorrendo os jornais da época, pude descobrir o nome de alguns dos destinatários da missiva: comandante Faria Ramos, presidente da Federação Brasileira das Sociedades do Remo, Deusdedit Travassos e Flavio Vieira, ex-secretários da mesma Federação (*Jornal do Commercio*, 29/05/1914, p. 5), Romeu Maina, redator da *Gazeta de Notícias* (*Gazeta*, 03/06/1914, p. 5) e Almeida Brito, redator do *Jornal do Brasil* (*JB*, 28/05/1914, p. 11).

¹⁶ Grosso modo, o processo civilizatório corresponde ao caminhar evolucionário de um povo rumo a padrões mais “elevados” de cultura, tendo como parâmetro o modelo europeu e a supressão das pulsões violentas dos indivíduos.

distinção a nível global, o que provavelmente agradava também à elite leitora dos jornais. O conceito de civilização era tão premente à época que podia ser encontrado nos próprios documentos produzidos pelo COI¹⁷ e, em certo sentido, respondia ao caráter internacionalizador das Olimpíadas.

Avançando na leitura da carta, tomamos conhecimento que Raul do Rio Branco, atendendo a convite de seus colegas da diplomacia internacional comparecera ao Congresso Olímpico de Lausanne, em 1913. Lá, ele pôde encontrar “vários antigos conhecidos”, dentre os quais estava Pierre de Coubertin, fundador e presidente do COI. O embaixador brasileiro ressaltava o papel revolucionário de Coubertin para a educação francesa, destacando que graças à sua influência surgia uma geração “cujas qualidades de iniciativa e de ação enérgica em oposição tão sensível com a apatia cética e comodista da geração anterior forma o objeto das cogitações e dos escritos de todos os sociólogos e pedagogos atuais”. Também no Brasil as elites cariocas não costumavam ocupar seu tempo livre com atividades relacionadas ao esforço físico. A chegada e a popularização dos esportes vieram a mudar esse cenário já no início do século XX. Sevchenko (2006b, p. 559-562) afirma que a saúde era vista como “a chave de um corpo moderno”, cultivado pela prática constante de exercícios físicos.

Na ocasião daquele encontro, Rio Branco recebera de Coubertin o convite para atuar como delegado do COI para o Brasil. Inicialmente relutante, pois não esperava tal proposta, ele acabou cedendo aos argumentos do presidente do COI. Coubertin demonstrava estar ciente da movimentação do campo olímpico no Brasil e alertava Raul que “tratava-se não só de uma adesão a causa ora triunfante do renascimento da cultura *physica* no mundo como de um verdadeiro serviço a prestar a minha [de Raul] pátria já um pouco distanciada a esse respeito”.

É certo que havia por parte do COI o desejo de disseminar o Movimento Olímpico para além das fronteiras europeias (TORRES, 2008, p. 16). Existia um interesse do próprio Coubertin pela difusão do olimpismo pela América Latina¹⁸. Tanto era assim que autorizou a realização dos Jogos Regionais de 1922 no Brasil e antes disso, em 1917, publicara o livro *Que és el olimpismo* para divulgar o ideário olímpico na América Latina.

¹⁷ Por exemplo, a introdução do Relatório Oficial dos Jogos de 1896 (escrita por Timoleon Philemon, secretário geral da entidade). Disponível em: <<https://bit.ly/2FLG7se>>. Acesso em 01 set. 2015.

¹⁸ Uma perspectiva oposta a essa ideia é apresentada por Girginov, que afirma que o “fundador do Projeto Olímpico nunca considerou seriamente outras culturas esportivas (não-ocidentais)” (2010b, p. 363, tradução minha).

Além disso, idealizou e participou da Semana da América do Sul, realizada em Lyon no ano de 1916, e da Semana da América Latina, em Toulouse, 1917.

A amizade entre Rio Branco e Coubertin não era um caso atípico no mundo olímpico da época. Tratava-se então de um movimento eminentemente da nobreza mundial. A primeira formação do Comitê Olímpico possuía um elevado número de membros da aristocracia europeia, relativamente jovens (média de 40 anos) e bem-educados (formação universitária) (CLASTRES, 2004, p. 289). O critério empregado por Coubertin era a riqueza pessoal e o *status* social dos escolhidos (CHATZIEFSTATHIOU; HENRY, 2012, p. 29). Bourdieu salienta que o “primeiro comitê olímpico contava com não sei quantos duques, condes e lordes, e todos de nobreza antiga” (1983, p. 142). Entre 1896 e 1920, dos 97 membros do COI seis eram da realeza e 35 da nobreza, o que representa aproximadamente 42% do total de membros (NETO, 1999, p. 36).

Logo em seguida ao relato do encontro com Coubertin, Raul do Rio Branco escreve sobre suas lembranças do que seu pai lhe dizia acerca do Brasil. Escrevia ele:

Lembrei-me então da opinião frequentemente expressa na minha presença pelo meu pai tão incondicionalmente dedicado ao interesses brasileiros de qualquer espécie e tão conhecedor das coisas pátrias de que o Brasil precisava, talvez mais do que muitas outras nações modernas enveredar pelo caminho da educação physica para compensar os efeitos visíveis da degenerescência que na opinião de todos os fisiologistas modernos, a não ser algum pessoalmente interessado na questão, vem enfraquecer, não imediatamente na primeira geração, mas na quarta ou na quinta, a descendência dos cruzamentos entre raças muito afastadas etnologicamente umas das outras, e para compensar também os efeitos ainda vigentes do preconceito que se tinha criado entre nós a respeito do valor physico durante séculos nos quais todos os misteres da vida urbana ou campestre que exigiam destreza ou vigor eram exclusivamente devolutos ao elemento servil, limitando-se as classes superiores da população a procurar o aperfeiçoamento das qualidades de ordem intelectual o que acaba em certos indivíduos num divórcio acentuado das capacidades physicas e psychicas, como se não fosse indispensável a qualquer inteligência robusta e cultivada para ser integralmente aproveitada em todas as circunstâncias, de paz ou de guerra, o suporte de um organismo resistente, possante e sadio.

Essa reminiscência traz à tona algumas das ideias racistas do período. A essência dessa perspectiva era compactuada por autores como Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e Silvio Romero, cujos posicionamentos racialistas foram utilizados para explicar uma série de questões nacionais no início do século XX. O movimento, inspirado na teoria evolucionista em voga na Europa do século XIX (e mesmo antes), encontrou um modo peculiar de adaptação ao pensamento social brasileiro. O mestiço, oriundo do entrecruzamento das três “raças” formadoras do tipo nacional (branco, negro e índio),

passava a ser interpretado como um entrave ou um ponto intermediário no processo de “branqueamento social” (cf. ORTIZ, 2012, p. 21). Esse enfoque no “melhoramento da raça” como caminho do processo civilizatório também estava manifesto outros artigos de opinião com temática esportiva reproduzidos pela imprensa.

Outro ponto dessas memórias atribuídas ao Barão do Rio Branco diz respeito aos estereótipos que cercavam à atividade física – a atitude de reserva com que as classes médias e as elites urbanas encaravam o esporte. Nesse sentido, Gilmar Mascarenhas (1999, p. 19) postula que “a cidade [do Rio] levou algumas décadas para ‘responder’ positivamente aos apelos de desenvolvimentos dos esportes, que nos chegavam pela zona portuária e pelos jovens bacharéis recém-vindos da Europa”. Essa demora, ainda segundo o autor, seria justificada por características culturais intrínsecas da cidade, como a religião, que controlava o espírito e o corpo dos crentes, e os usos do espaço público, que possuíam a má reputação de ser frequentados pelos escravos.

Embora tenha aceito o convite para ocupar o cargo de delegado olímpico e comparecido como único representante brasileiro ao Congresso de 1913, Raul do Rio Branco esperava não estar sozinho na reunião olímpica seguinte, que se realizaria em junho de 1914, em Paris. Nessa mesma carta, Raul comunicava então suas indicações para representantes do Brasil no Congresso Olímpico de 1914¹⁹, uma vez que não haveria tempo suficiente para a formação de um Comitê Nacional que indicasse nomes para aquele encontro. Isso posto, ele recomendava o nome de seu irmão Paulo do Rio Branco, médico e praticante habitual de esportes (rúgbi, em especial), e Alberto Klingelhofer, homem de negócios e também adepto dos esportes.

A comunicação por via postal foi a forma que Raul encontrou para passar adiante sua solicitação, visto que, como ele mesmo deixava evidente, sua condição de diplomata o obrigava a permanecer no país da embaixada em tempo integral, sendo permitido o regresso apenas quadrienalmente. Por esse motivo, ele tinha de deixar a cargo de seus compatriotas a tarefa de organização da instituição olímpica nacional. Acionava para isso argumentos muito semelhantes àqueles que Coubertin empregou para convencê-lo a aceitar o posto de delegado olímpico. Argumentava ele: “estou convencido de que este empreendimento não se deve achar acima da boa vontade e do sentimento de patriotismo

¹⁹ Até 1914, haviam sido realizados seis congressos olímpicos sobre os mais variados temas: Paris-1894 (restabelecimento dos Jogos Olímpicos); Le Havre-1897 (higiene e pedagogia esportivas); Bruxelas-1905 (técnica de exercícios físicos); Paris-1906 (artes, letras e esportes); Lausanne-1913 (psicologia desportiva); Paris-1914 (regulamentos olímpicos).

e de solidariedade nacional que existe com certeza entre nós”. Para propagar a mensagem contida em sua carta, o diplomata solicitava ainda de cada destinatário que lhe enviasse o nome de outras associações e pessoas que poderiam se interessar pelo seu conteúdo.

Já se encaminhando para a conclusão de sua carta, Rio Branco alertava aos destinatários sobre a premência do amadorismo enquanto um valor olímpico. Não há espaço aqui para desenvolver devidamente a questão do amadorismo no âmbito da história olímpica. Cumpre, no entanto, sublinhar que a preocupação com o amadorismo se apresentava como central para o Movimento Olímpico desde a primeira edição do *Bulletin du Comité International des Jeux Olympiques*, publicada em 1894. Nesse documento, a prática do esporte por prazer, sem fins materiais, marcava o entendimento do COI sobre o atleta amador (GIGLIO, 2015, p. 5). De inspiração vitoriana, essa concepção tinha a evidente intenção de excluir a classe trabalhadora do campo esportivo (GUTTMANN, 1992, p. 12). Como era de se esperar, a exposição de Raul do Rio Branco sobre o amadorismo não contemplava essa visão crítica, remetendo aos aspectos convencionais na defesa do tema:

Devo ainda lembrar ao senhor, que com certeza já está inteirado destas questões, que a organização olympica internacional só cogita de atletas amadores, não combatendo mas não se preocupando com os profissionais, porque a tendência que se está generalizando desde muitos anos, e depois de prolongada discussão e de tentativas em sentidos diversos e antagônicos é estimular a cultura physica e a regenerescência da mocidade de todas as classes sociais para o melhoramento da resistência, de saúde e da moralidade dos povos civilizados e não a produção de athletas especializados vivendo da prática do sport, como o são por exemplo os campeões de box, profissionais americanos e ingleses.

A mobilização da imprensa e das entidades esportivas para fundar em definitivo um Comitê Olímpico Nacional se desenrolou mais rapidamente após a missiva de Rio Branco. As informações contidas em sua carta foram comunicadas por Almeida Brito em reunião realizada no dia oito de junho, na sede da Federação Brasileira das Sociedades do Remo²⁰. Com a assistência de representantes de inúmeras entidades esportivas cariocas, os presentes acolheram a proposta do redator do *Jornal do Brasil* e “foi organizado um comitê central, composto de 20 membros”²¹, responsável por “gerir os trabalhos do

²⁰ Localizada na rua do Rosário, n. 133; esse é o endereço onde se funda o primeiro Comitê Olímpico Nacional.

²¹ Membros honorários: Srs. Barão Pierre de Coubertin e Dr. Raul do Rio Branco; Presidente. Dr. Fernando Mendes de Almeida; 1º Vice-Presidente. Dr. Alvaro Zamith; 2º Vice-Presidente. Capitão Ariovisto de Almeida Rego; Secretário internacional. Dr. Antonio de Oliveira Castro; Secretário nacional. Almeida Brito; Secretário de actas: J. Pinehiro Barbosa; Tesoureiro. Raul de Carvalho; Membros: Conde Candido Mendes de Almeida, Coronel James Andrew, Major Bernardo de Oliveira, Dr. Ernani Pinto, Frederico Ferreira Lage, Dr. Mario Pollo, J. Pedro Dias, Alberto de Mendonça,

Comité”. No alvorecer do dia seguinte, a *Gazeta de Notícias* reportava: “O Comitê Olímpico Brasileiro é um fato” (*Gazeta*, 09/06/1914, p. 4).

As indicações de Raul do Rio Branco para representar o Brasil no Congresso Olímpico de 1914 seriam aprovados na primeira reunião do COB, realizada na sede da Liga Metropolitana de Sports Athleticos em 11 de junho de 1914. Além de Paulo do Rio de Branco, Alberto Klingelhofer e do próprio Raul, seria acrescido nessa comitiva o nome de Ernani Pinto, membro do recém-fundado comitê e que se encontrava também em Paris (*O Paiz*, 16/06/1914, p. 11). Os quatro representantes brasileiros presentes ao encontro na capital francesa assistiriam à aclamação do Comitê brasileiro pela assembleia olímpica internacional. A notícia do reconhecimento oficial do COB foi comunicada a Fernando Mendes de Almeida, presidente dessa instituição, por meio de um telegrama de Raul do Rio Branco²² (*JB*, 03/07/1914, p. 14). Com a fundação do Comitê, o Brasil podia oficialmente participar dos próximos Jogos olímpicos.

Conclusão

Dentre os grandes movimentos da história do esporte olímpico nacional, no rol dos fatos enciclopédicos, com certeza está o envio da carta de Raul do Rio Branco a expoentes do campo esportivo brasileiro. Pela relevância desse documento histórico e a participação decisiva das tecnologias da comunicação para disseminá-lo, julguei promissor empreender neste artigo uma análise inicial desse documento.

Como venho postulando em outros trabalhos²³, não acredito ser possível entender plenamente o campo olímpico sem acessar suas mediações. Isto é, para compreender o desenvolvimento da temática olímpica na cidade, faz-se necessário entender os meandros da relação entre seus diversos atores – atletas, dirigentes, entusiastas do esporte, políticos, jornalistas, jornais, leitores – e os papéis por eles ocupados. Em especial, trata-se de tentar localizar as interseções entre mídia e esporte. Além disso, diante da escassa memorabilia acerca dos primórdios da história olímpica brasileira, os materiais publicados na imprensa se constituem em registros prioritários de pesquisa, arquivos privilegiados para as transformações em curso.

Commandante Jorge Moller, Tenentes Ricardo Kirk e Armando Jorge, Comandante Raul Oscar de Faria Ramos e Alberto Pereira Braga (*Jornal do Brasil*, 03/07/1914, p. 14).

²² O telegrama dizia o seguinte: “Rogo favor comunicar Exmo. Senador Fernando Mendes de Almeida que o Comitê Olympique International reconheceu ontem Comitê Olympico Brasileiro. Barão de Coubertin e eu agradecemos nomeação Sócios Honorários [do COB]. Respeitosas saudações – RIO BRANCO” (*JB*, 03/07/1914, p. 14).

²³ Ver, por exemplo, Amaro (2017).

A carta de Rio Branco não foge à regra. Apesar de publicada em dois jornais da época e disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, não há uma cópia física dela no acervo do COB. Para acessar uma versão digitalizada, é necessário entrar em contato com o COI. Não é possível ter contato com a versão original do documento, mas apenas sua cópia digital, que, ainda assim, não está sob a guarda de uma instituição brasileira. Perpassadas essas dificuldades que dizem respeito à materialidade e acessibilidade do objeto pesquisado, o conteúdo da carta é elucidativo do pensamento de uma época.

Alguns dos pontos levantados pela carta tratavam de dilemas próprios à realidade brasileira de então, como a tomada de consciência para uma identidade nacional, a construção de um consenso quanto à “raça brasileira” e o reconhecimento do país no concerto do mundo civilizado. As associações com a identidade nacional, raça e progresso marcavam as representações sobre o esporte olímpico naquele período. Participar dos Jogos passava a ser uma questão política, pois atendia ao propósito de propagar certos ideais de modernidade, raça e civilização entre os brasileiros. O sucesso esportivo seria apresentado nos anos seguintes como parâmetro da prosperidade nacional.

Gostaria, por fim, de sugerir a hipótese de que a publicação da carta circular de Raul do Rio Branco, em 1914, foi um dos elementos catalisadores para que a imprensa carioca mudasse sua percepção sobre os Jogos e passasse a atuar mais incisivamente em prol do Movimento Olímpico nacional nos anos seguintes.

Referências bibliográficas

AMARO, Fausto. Movimentos do esporte olímpico nacional na década de 1910: jornais, pessoas e fatos. **Record** - Revista de História do Esporte, v. 10, p. 1-28, 2017.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p 136-153.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004a.

_____. Programa para uma sociologia do esporte. In: Bourdieu, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004b, p. 207-220.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CLASTRES, Patrick. La renaissance des Jeux Olympiques, une invention diplomatique. **Outre-Terre**, v. 3, n. 8, p. 281-291, 2004.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

- CHATZIEFSTATHIOU, Dikaia; HENRY, Ian. **Discourses of Olympism**. From the Sorbonne 1894 to London 2012. Houndmills: Palgrave Macmilan, 2012.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**, volume 2: Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- _____. **O Processo Civilizador**, volume 1: Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- GIGLIO, Sérgio Settani. Os Jogos Olímpicos dos trabalhadores como oposição ao movimento olímpico de Coubertin In: Encontro Anual da Anpocs, 39., 2015. Caxambú. **Anais...** Caxambú: Anpocs, 2015.
- GIRGINOV, Vassil. Introduction. Does one-world Olympic ideology lead to multiculturalism? In: GIRGINOV, Vassil (Org.). **The Olympics: a critical reader**. Nova Iorque: Routledge, 2010b, p. 361-372.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de Presença** – o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio, 2010.
- GUTTMANN, Allen. **The Olympics, a history of the Modern Games**. Urbana, Chicago: University of Illinois Press, 1992.
- MENESES, Sonia. A operação midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo. ANPUH, 2011, p. 1-11.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Almanaque do Pessoal**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.
- MASCARENHAS, Gilmar. Construindo a Cidade Moderna: a Introdução dos Esportes na Vida Urbana do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, v. 23, p. 17-39, 1999.
- MELO, Victor Andrade de. **Cidade Esportiva: primórdios do Esporte no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj, 2001.
- MOURA, Cristina Patriota de. Verbete Barão do Rio Branco. **Atlas Histórico do Brasil**, CPDOC, FGV. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbetes/barao-do-rio-branco>>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- NETO, Márcia de Franceschi. **A participação do Brasil no Movimento Olímpico Internacional no período de 1896 a 1925**. 1999. 114f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1999.
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.
- SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**, v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2006b, p. 513-619.
- SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TORRES, Cesar R. “Spreading the Olympic idea” to Latin America: the IOC-YMCA partnership and the 1922 Latin America Games. **Journal of Olympic History**, v. 16, n. 1, 2008.
- WANDERLEY, Andrea C. T. O barão do Rio Branco (1845 – 1912) e o Álbum de vistas do Brasil (1889). **Portal Brasileira Fotográfica**, 10 de fev. 2017. Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/?p=7462>>. Acesso em: 17 jun. 2019.